

“Guerra ao despotismo” – o pensamento pedagógico da igreja católica*

Áurea Paz Pinheiro¹

*...Um rosto de besta e entre as ciências do padre entre as
poderosas rezas do padre nenhuma para resgatá-lo.*

Carlos Drummond de Andrade

Resumo: O artigo fornece algumas reflexões preliminares sobre o pensamento pedagógico da Igreja Católica em oposição ao pensamento pedagógico laico proposto por maçons e livre-pensadores no final do século XIX e início do século XX no Piauí.

Palavras-Chave: Igreja Católica, educação católica, ensino laico, maçonaria, livre-pensamento.

Abstract: The article describes some general reflections about the pedagogical thought of the Catholic Church in opposition to the laic pedagogical proposal of the masons and freethinkers at the end of 19th century and in the beginning of the 20th century in Piauí.

Key-words: Catholic Church, catholic education, laic education, freemasonry, free thought.

Como deve ser a educação

A criação da Diocese do Piauí e a chegada do seu primeiro bispo possibilitaram à Igreja Católica agir de forma eficaz contra seus opositores, que atacavam a instituição e seus membros.

* Este artigo é parte de um estudo mais amplo sobre o pensamento pedagógico da Igreja Católica e dos conflitos entre Igreja e Maçonaria no final do século XIX e início do século XX no Piauí. (Pinheiro: 2001).

¹ Prof^a Assistente do Departamento de Geografia e História da UFPI-Universidade Federal do Piauí.

Os livres-pensadores atuavam em todos os setores da vida sociopolítica. Defendiam a liberdade religiosa e educacional, criticavam a Igreja por não limitar sua ação ao campo espiritual, às atividades religiosas. A instituição era atacada por intervir em todos os setores da sociedade civil; no entanto, segundo os intelectuais, a Igreja não tinha nenhuma contribuição a oferecer. Pelo contrário, os clérigos representavam uma instituição corrupta e minada de preconceitos, disseminadora da ignorância e da superstição, portanto, incapaz de atuar em um dos setores fundamentais para a sociedade – a formação da juventude.

A instituição eclesiástica era acusada de ser inimiga do progresso, da civilização. Seus membros não podiam falar de liberdade, de tolerância, pois eram os representantes de velhas idéias. Pretendiam o controle da imprensa, intervir na vida político-partidária, tutelar o ensino; sempre como forma de castrar a liberdade de pensamento, impedindo a liberdade de expressão seja pela fala, seja pela escrita. A Igreja era a representante de um passado negro da história da Humanidade, sendo difícil esquecer sua intolerância, consubstanciada na Inquisição, símbolo do fanatismo e da violência da instituição que, encontrando as condições favoráveis, traria de volta o velho tribunal. A Igreja representava o obstáculo ao progresso, à ciência, à liberdade.

Por seu turno, a Igreja Católica voltou sua atenção para a educação da infância e da mocidade como elemento fundamental de estratégia de reestruturação da sociedade civil. Para a Instituição, a sociedade estava abalada pela difusão de doutrinas subversivas e erros grosseiros, sendo necessário preservar, através da educação, os ideais da sociedade cristã. Como parte do projeto de renovação da Igreja Católica no Piauí, Dom Antônio Joaquim de Almeida, primeiro bispo diocesano, fundou, em 1906, o Colégio do Sagrado Coração de Jesus, para a formação feminina. No mesmo ano, fundou o Colégio e Seminário Diocesanos para a formação masculina, ambos na capital do Estado – Teresina. O Colégio Diocesano destinava-se, exclusivamente, à educação masculina, onde eram aceitos alunos internos, semi-internos e externos, tanto para a instrução primária como secundária.

Para Teresinha Queiroz (1988) a perspectiva, naquele momento, era contrapor o ensino católico ao ensino laico, o único que se desenvolvia no Estado. Para a mesma historiadora, o Colégio das Irmãs, como popularmente ficou conhecido o Colégio do Sagrado Coração de Jesus, vinha atender a carência de um espaço para a educação feminina, sobretudo para um alunado proveniente das camadas mais abastadas da sociedade local, fato evidenciado não só no Piauí, mas em todos os estados do país onde as congregações religiosas se propuseram a fundar estabelecimentos de ensino.

Para a Igreja, a instrução religiosa visava à formação das gerações nascentes, dentro do ideal católico. Era pela educação católica que a sociedade seria salva do abismo dos equívocos modernos, pois a formação religiosa era a única capaz de

combater tais erros e guiar as futuras gerações no caminho do bem, da moral e dos bons costumes cristãos. Ressaltava-se a necessidade de combater uma instrução sem Deus. “A religião deve ser a base da educação, presidindo-a para cessar de ser uma educação falsa e manca”.² O pai de família não deveria entregar a formação de seus filhos a educadores ímpios, que os afastariam da religião, aprendendo considerá-la com indiferença. A instrução sem religião estaria fadada à falsidade, seria desastrosa, sem moral, uma vez que a base de toda a educação deveria ser buscada na religião católica. A educação sem Deus estaria minada de preconceitos funestos, depravados, de hábitos venenosos. Era preciso formar a criança com base na Religião.

Quando o menino, quando o mancebo estiver assim fortificado, por uma educação essencialmente religiosa, quando sua alma banhar-se nas águas salutares da religião, será então e somente então, que sob a égide dessa mesma religião, poderá ele arriscar a travessia e confiar ao mar tempestuoso do mundo a frágil barquinha dos seus quinze anos, certo de poder, em caso de perigo, lançar bem funda a âncora que piedosos hábitos lhe prepararam, pois, diz a Escritura, o mancebo seguirá a rota que tiver percorrido em sua adolescência e jamais se afastará dela, mesmo na velhice.³

Propunha a Igreja uma educação fundada na severidade, tendo em vista a natureza perversa do homem. Assim, só com rigor este se desviaria da corrupção para chegar a civilizar-se. Sem uma educação rígida, o homem permaneceria selvagem, bárbaro.

O ensino público laico era criticado por ser um ensino sem Deus. Traria consigo inúmeras deficiências, dentre elas o fato de ser destituído de todo o ideal religioso e, muitas vezes, completamente oposto à verdade do evangelho. “O ensino público, indiferente e mesmo hostil a toda idéia religiosa é um curso de preparatórios para o niilismo”⁴. A instrução, uma vez separada do ensino religioso, seria incapaz de formar a educação moral do homem, daí a Igreja advertir às famílias católicas quanto à importância de guiar seus filhos no reto caminho da educação religiosa, desviando-os dos maus educadores, aqueles que se afastavam das explicações religiosas. Somente a educação religiosa seria capaz de regular e limitar as ambições, dominar as paixões nocivas e fortificar a vontade na prática do bem.

Os conhecimentos elementares de história, de geometria, de gramática, de ciências matemáticas, de ciências físicas e naturais poderão ser úteis, porém jamais comunicarão o amor do próximo, o santo temor de Deus, princípio de toda a sabedoria, o devotamento abnegado, a caridade paciente e generosa; jamais ensinarão a suportar as adversidades com resignação, a dedicar-se com amor ao

² Urbano. Como deve ser a educação. O Apóstolo. Ano I, nº 30, Teresina, 8 de dezembro de 1907, p. 1.

³ Id. ibid.

⁴ Id. ibid.

*trabalho, contentar-se da modesta posição e a seguir os justos ditames da consciência e da honestidade.*⁵

O ensino ligado à religião só contribuiria para a eficácia moral, regeneração da vida humana, tanto na ordem individual como social. Logo, seria, impossível entender uma educação sem Deus. O ensino laico⁶ era incapaz de regenerar os homens, pelo contrário, tornava-os egoístas, invejosos e maus. Para a Igreja, os pais de família, ao escolher a educação de seus filhos, jamais deveriam permitir que os mesmos fossem entregues aos ditames da educação laica, que só formaria pseudo-sábios e contribuiria para a dissolução dos costumes.

A primeira Constituição republicana estabelecia que o Governo não se comprometia a dar educação religiosa, mas não proibia que os professores, a pedido dos pais do aluno, sem prejuízo do horário das demais disciplinas, ministrassem o catecismo. Miguel Rosa, livre-pensador e maçom, em 1909, como Diretor da Instrução Pública do Estado do Piauí, fez publicar, no jornal *O Comércio*, uma portaria que proibia o ensino religioso nas escolas.

A atitude de Miguel Rosa provocou a indignação do bispo diocesano que, imediatamente, levou o fato ao conhecimento do governador do Estado, Anísio de Abreu. Este justificou-se diante do prelado, alegando desconhecimento do fato, o que era pouco provável, difícil acreditar, pois o governador apoiava as atitudes de Miguel Rosa, tornando-as irrevogáveis. Na realidade, a proibição fazia parte de mais um capítulo da luta político-religiosa entre a Igreja e a Maçonaria, no Estado. O governador do Piauí foi sempre acusado, pelos partidários da Igreja, de ser manipulado pela Maçonaria, que argumentavam que a Constituição Federal se mostrava indiferente e não perseguidora da Religião.

O Diretor da Instrução Pública era apontado como um déspota, perseguidor da Igreja e da religião católica, que gostava de ridicularizar as famílias católicas e tirar-lhes o “sagrado direito de escolherem a melhor educação para os seus filhos”.

Por ventura o Sr. Miguel Rosa está na altura de ir de encontro às ordens dos pais e mães de famílias, invadindo o santuário dos lares e declarando que sua vontade deve prevalecer a tudo e impedir as mais legítimas aspirações?!

Quem lhe deu este direito? É o cúmulo do despotismo!...

⁵ Id. *ibid*

⁶ Ensino laico entendido em sentido estrito, desprovido de ensinamentos religiosos, negligenciando e reduzindo o ensino religioso e fazendo da escola um lugar invadido pelos saberes profanos.

E o que mais indigna é a cumplicidade criminosa do Sr. Governador do Estado nestes atos inconstitucionais e insultuosos ao povo! (...) Os pais não têm mais poder nem direito sobre os filhos, porque tudo lhes é arrancado por uma simples portaria do Sr. Miguel Rosa!

Parece que voltamos à escravidão miserável do paganismo.

Querem derramar sobre nós a lama pútrida das abjeções maçônicas.

Levantaremos, de ora em diante, um protesto solene e enérgico ante todos esses desmandos e não deixaremos de bradar, enquanto não virmos reivindicados os direitos deste povo mártir.⁷

A instituição eclesiástica alertava a população piauiense para os desmandos do Diretor da Instrução Pública, que estaria desrespeitando as famílias católicas, os professores e professoras públicas; afinal a maioria das aulas públicas era ministrada em casas de particulares, que pertenciam aos próprios professores. Deste modo, proibir o ensino religioso e determinar que as imagens e os quadros santos fossem retirados dos lares era uma agressão às mais antigas tradições das famílias católicas.

Miguel Rosa foi acusado de violar a privacidade dos lares, das crenças mais antigas e sagradas. Tanto o Governador como o diretor da Instrução Pública foram atacados por seu ateísmo e por violar a consciência dos cristãos, tal qual déspotas que pretendiam controlar o interior das casas de família como faziam com seus subordinados no governo. Os clérigos enfatizavam que as famílias católicas, violadas em seus direitos, deveriam resistir à tirania de seus opressores, representantes das oligarquias locais e elevados ao poder pela fraude. O governador estava entregue às algemas do maçonismo, opressor e impiedoso quanto às crenças da sociedade piauiense. O Diretor da Instrução Pública, ao determinar que as imagens e símbolos de qualquer seita religiosa fossem substituídos por retratos de benfeitores da Humanidade, estaria agredindo hábitos seculares das famílias católicas, impondo veneração a Voltaire, Zola e outros escritores “pornográficos”, “intolerantes”, “monstros sociais”. Anísio de Abreu nada mais era do que o representante de um governo opressor e envenenado de ateísmo, desorganizador da sociedade e disseminador de idéias subversivas.

A população piauiense foi convocada pela Igreja a reagir de forma enérgica contra os planos da Maçonaria e contra os atos tirânicos do governador, que tentava, segundo as autoridades eclesiais, a todo custo, amordaçar as consciências. Para os representantes da Igreja, era impossível uma convivência pacífica entre católicos e governo, uma vez que este representava os interesses da Maçonaria, instituição perseguidora da Igreja, da Religião.

⁷ Guerra ao desportismo. O Apóstolo. Ano III, nº 120, Teresina, 10 de outubro de 1909, p. 2.

*Diante de todos esses fatos, que revelam a luta do Sr. Anísio de Abreu e do Sr. Miguel Rosa contra a religião católica e o desprezo com que os mesmos calcam os pés os direitos do povo e as leis da República, ainda haverá católicos que levem a sua pedra para a construção deste edifício de ódios e impiedade, de desvários e crimes, de injustiças e opressões com que o Sr. Anísio de Abreu pretende honrar a Maçonaria em nossa terra?!*⁸

A Maçonaria era apresentada como o “abutre” dentro de um governo marcado por politicalha, desastres, erros, opressões, misérias e desatinos. Auxiliado por seus “comparsas maçônicos”, o diretor da Instrução Pública do Piauí transformava-se em um “imbecil” e “carrasco da Religião do povo”. A Instrução Pública do Piauí, entregue a Miguel Rosa, era, na opinião dos católicos, manca, perniciososa, repleta de abusos, misérias e crimes. Nada mais a fazer que não fosse declarar guerra ao maçonismo ignorante e atrevido, que desconsiderava as crenças seculares da sociedade cristã.

Uma educação de orientação católica

Face à Proclamação da República, ao processo de secularização da sociedade e de suas instituições, a separação da Igreja do Estado não poderia trazer, na opinião dos católicos, a total sectarização das instituições. O Estado, ao se dizer laico, não poderia se tornar irreligioso, devendo incentivar a educação religiosa, que deveria permanecer como objetivo do Estado. Na opinião dos clérigos, os maçons e livres-pensadores eram os grandes responsáveis pela tentativa de exclusão da religião católica da vida da sociedade e, mais especificamente, das escolas. A instrução pública separada da religião feria a obra cristã e traria de volta o paganismo, sob o pretexto de incentivo às artes e às ciências.

*Foram-se os deuses da fábula, mas os vícios que os simbolizavam, germinam e crescem no coração dos homens dos denominados espíritos fortes, que, a exemplo dos gentios, expulsando São Paulo, não pretendeu ouvir as leis da moral, contrárias a seus hábitos e paixões; – confundem a licença com a liberdade, o gozo bestial com o amor, a pornografia com as artes, os sistemas desvairados com as ciências, a cultura dos instintos com a instrução!*⁹

Em 1910, Elias Martins, um dos redatores do jornal *O Apóstolo*, agora órgão ligado ao Partido Católico no Estado, tinha seu livro *Guerra Sectária* publicado pela tipografia d’*O Apóstolo*. O livro trazia a proposta clara de discutir a instrução

⁸ Id. *ibid.*

⁹ Id. *ibid.*

pública no Piauí, defendendo que o ensino religioso não deveria ser desvinculado da orientação católica.

As argumentações de Elias Martins encaminharam-se para a condenação do ensino laico e defesa do ensino religioso católico. Para este autor, o ensino laico, apregoado pelos denominados “espíritos fortes”, nada mais era que um ensino corruptor da moral cristã, da sociedade, uma vez que desviava a juventude da moral e dos bons costumes cristãos, tão caros à Igreja Católica. Os “espíritos fortes” nada mais eram que inimigos do catolicismo, da sociedade cristã. O ensino laico só traria infelicidades e corrupção de costumes seculares da sociedade.

Daí esta sociedade infeliz, roída de apetites ferozes, combalida de ódios de tigres; – a prostituição, os crimes contra a propagação da espécie, o infanticídio, o adultério, o suicídio, o roubo, os assassinatos são frutos dessa propaganda de ruínas e trevas. (Martins: 1910, p. 1).

A educação deveria ser vista como obra da providência, logo orientada somente por ela. O ensino laico era um dos grandes males da sociedade moderna, marcada de erros e vícios. A obra de descristianização teria chegado ao Piauí, pois Jesus havia sido “desterrado das escolas sob o malhete da impiedade”. O próprio governador do Estado seria o demolidor da educação doméstica, tanto pela palavra, como pelo exemplo.

É esta a situação desesperadora das famílias católicas que, representando a imensa maioria do Estado e da União, – não alcançaram, aqui, como em muitos outros pontos do país, a simples tolerância do ensino religioso nas escolas. (Ibid., p. 2.).

Na defesa do ensino religioso como um direito sagrado e inalienável, o católico fervoroso Elias Martins não concordava com a criação da Escola Normal pelo governo do Estado (Ibid., p. 4.). Escola laica para a formação de professoras, que fazia parte do programa de reformas na instrução pública do Piauí, junto com a criação das Escolas Normais em todo o País e que tinha por objetivo melhorar a formação de professores. Essas escolas firmaram-se no final do século XIX e início do século XX, momento em que era deficiente a instrução no Brasil, sobretudo por falta de profissionais qualificados.¹⁰ Para Elias Martins, a Escola Normal, tendo como base o ensino laico, era um perigo para a sociedade

¹⁰ A primeira Escola Normal Livre criada no Piauí em 1909 não foi iniciativa do governo do Estado, mas da Sociedade Auxiliadora da Instrução, apoiada por intelectuais e políticos que tinham ligações com a Maçonaria. Esses livres-pensadores pretendiam contrapor o ensino laico ao ensino religioso no Estado, que vinha se afirmando com a criação dos Colégios Católicos pela Diocese (Colégio das Irmãs e Colégio Diocesano). Em 1910 o governador do Piauí, Antonino Freire, criou a Escola Normal Oficial.

piauiense, na medida em que as mulheres educadas para trabalhar com o ensino primário eram orientadas por mestres perigosos, contrários à Religião. Se era difícil compreender um homem sem crenças, como aceitar uma mulher que se deixava encantar pela atmosfera do modernismo?

Críticas foram dirigidas às escolas fundadas pela Maçonaria, consideradas nocivas por propagarem ensinamentos contrários aos ensinamentos cristãos, escolas que desviavam a juventude da moral e dos bons costumes. Era imprescindível alertar a sociedade sobre os males trazidos por tais escolas. Os católicos não deveriam frequentá-las, pois incorreriam em censuras eclesiásticas. As escolas maçônicas eram sinônimo de crimes e subversões.

No mistério da noite, quando em suas sombras espessas, formigam, nas selvas, as feras e os répteis peçonhentos, e, nas cidades, todas as concupiscências e todos os crimes, – abre-se a porta da escola maçônica para receber os vossos filhos. (Ibid., p. 9.).

As famílias piauienses tinham que estar alertas para o perigo que poderia causar a educação ministrada pela escola maçônica, um “alçapão sombrio”, uma “caverna de tenebrosos segredos”, uma escola onde as palavras eram cuidadosamente escolhidas com a firme intenção de ludibriar os educandos, convencendo-os a fazerem parte da “seita noturna”, que só contribuía para a demolição e ruína da sociedade. Reafirmava-se o mito da Maçonaria como uma seita funesta, com seus rituais macabros, diabólicos, propagando a irreligiosidade como forma de atingir a perfeição humana.

Os seus processos são conhecidos e antigos; – cultivam os sentidos e pervertem a alma; – o que pretendem agora é a descristianização da mocidade, – é fazer de nossos filhos espíritos fortes – mais, claro, inimigos de Deus, irreverente aos pais, insubmissos à sociedade. (Id. ibid.).

Todas as desqualificações eram atribuídas às escolas maçônicas como sinônimo de ensino laico e, por conseguinte, associada à educação sem Deus, em oposição à Igreja e à Religião. As escolas maçônicas seriam dissimuladas, cruéis, assassinas, aprisionando a juventude em suas idéias e costumes funestos e de perdição. O que mais contrariava os clérigos e seus colaboradores, na luta para assumir posições de mando na política local, através do Partido Católico, opositor ao partido governista, era o fato de o governo do Estado estar associado à Maçonaria – membros do governo faziam parte da instituição maçônica.

O governo do Estado, na opinião da Igreja católica perseguia os católicos, incentivava a criação de escolas maçônicas, onde eram professados ensinamentos ímpios, positivistas, protestantes. Os líderes católicos locais abominavam a presença da Maçonaria em vários segmentos da sociedade civil, principalmente no que se

referia à instrução pública. O apoio do governador do Estado à iniciativa da Maçonaria de criação de escolas era entendido como um abuso, uma situação intolerável. O governador estaria algemado, escravizado pelas ordens dos “irmãos terríveis”.

O chefe do Estado não pode ficar prisioneiro de uma associação carbonária, inimiga de Deus e dos homens, – que trabalha ininterruptamente, com a pertinência do ódio, para destruir as bases fundamentais da sociedade, cujos escombros aniquilarão também o desavisado governo que forneceu o estopim aos mineiros de catástrofe. (Ibid., p. 13).

Tornava-se indispensável que a família católica estivesse unida contra os abusos e intervenções da Maçonaria na formação da juventude. O setor educacional era por demais importante como construtor de uma sociedade correta e humana; a “seita funesta”, com seus ensinamentos não religiosos, em nada poderia contribuir para o bom andamento da sociedade, pelo contrário só traria o caos. Para os católicos, o momento tinha que ser decisivo, urgia combater os inimigos sem hesitação, defendendo, de forma intransigente, os interesses da comunidade católica contra a educação envenenada das escolas maçônicas, maculadoras da imagem da sociedade cristã.

As escolas laicas, inspiradas no modelo francês, consideradas pelos clérigos escolas de desvarios, fortaleceriam as perseguições sofridas pela Igreja Católica e seus membros. Essas perseguições eram consideradas similares ao que ocorrera na França a partir de 1789. O processo de descristianização havia chegado à sociedade piauiense, agora perseguida em seus costumes mais antigos. As escolas laicas nada mais eram que escolas de irreligião, de destruição da instituição eclesiástica.

Os templos invadidos e profanados, os sacerdotes agredidos, ameaçados na própria cátedra sagrada, o palácio do Bispo durante uma noite inteira cercado pela soldadesca desenfreada, a imagem de Jesus ostensivamente banida dos estabelecimentos públicos de instrução e o patrimônio diocesano tomado, a viva força, por um agrupamento sedicioso – deram-nos ontem, a fase da política infame de Combes e Clemenceau; hoje as escolas sectárias, a lei corruptora que reformou o casamento civil, os processos de uma ação secreta e insidiosa encaminhando o domínio não menos nefasto de Briand. (Ibid., p. 15.).

Para os líderes católicos, a perseguição religiosa no Piauí, naquele momento, contava com o apoio das autoridades locais, aliadas ao governo do Estado. A elite política estaria fechando os olhos frente aos ataques sofridos pela Igreja, sendo acusada de cruzar os braços diante da perseguição religiosa e, até mesmo, de fornecer munição aos inimigos da religião católica.

A sociedade piauiense assistia atenta ao debate entre as propostas educacionais da Igreja Católica e as dos livres-pensadores. As duas formas de pensar a educação feminina, por exemplo, tinham pontos em comum; na realidade os clérigos e os livres-pensadores disputavam a tutela feminina. Para a mulher, estava reservado o papel social de esposa e mãe; e, no que se referia à sua profissionalização, a escola laica propunha seu papel social centrado na educação dos jovens no ensino primário.

O ponto divergente entre o modelo católico e o laico de educação feminina dizia respeito à formação moral. No modelo laico de educação, a mulher deveria estar longe dos dogmas e superstições da Igreja Católica. No discurso proferido por Cristiano Castelo Branco, paraninfo na colação de grau das professoras da Escola Normal, no ano de 1924, em Teresina, fica claro que a instrução laica não pretendia formar uma mulher política, mas afastada da vida pública, isenta de paixões políticas. O máximo que lhe era reservado era o papel de educadora, a professorinha primária. Suas virtudes e sua superioridade de caráter estavam no fato de serem esposas e mães.

A mulher política, a mulher eleitora, a mulher deputada, como a querem atualmente, é a mulher fora da sua finalidade. A mulher nasceu para ser mãe e para ser professora. Porque, se 'ser mãe é desdobrar fibra por fibra o coração', – ser professora é fazer do coração a fonte da sabedoria.

E nessas duas tarefas, que por serem sobremodo absorventes, não devem ser exercidas ao mesmo tempo por uma só pessoa, – aí está precisamente a grande utilidade, o luminoso destino da mulher, e em particular da mulher brasileira. (Castelo Branco: 1924 p. 146-149).

A escola e o lar, eis o destino da mulher dentro da sociedade segundo os dois modelos de educação. Era preciso ainda ensinar a mulher a se portar na nova sociedade civilizada e urbanizada. Ensinar às mulheres as línguas estrangeiras, piano, geografia e desenho; mas também adverti-las sobre os males advindos da vida mundana, construtora de modismos, com suas diversões perigosas: teatro, bailes e leituras de romances. Os romances mais perigosos seriam aqueles que traziam descrições eróticas e sensuais do cotidiano, por trazerem efeitos perigosos para o espírito fraco, impressionável e inexperiente.

Leituras proibidas

A imprensa católica no Piauí, através do órgão oficial da Diocese, *O Apóstolo*, esteve sempre preocupada em orientar as leituras das famílias piauienses, bem como combater a imprensa inimiga, que teria má influência sobre os leitores.

Para a Igreja, interessava a expansão das publicações católicas, leituras de orientação católica em oposição às leituras de orientação anticlerical, tidas como perniciosas e subversivas, contrárias a todo o ideal cristão. As más leituras teriam uma influência direta sobre a vida cotidiana das pessoas, levando os menos esclarecidos a mudar seus hábitos, deixando de freqüentar a igreja, de seguir a orientação católica. Nesse sentido, como não deixar a instituição eclesiástica de se preocupar com o que deveria ou não ser lido, com os maus livros? Os fiéis deveriam ser advertidos acerca das publicações, precisavam saber o que eram as boas e más leituras.

A Igreja Católica esteve sempre atenta às leituras feitas pelos seus fiéis. Vigilante das publicações de jornais, livros, folhetos que não tinham orientação católica, contrários à verdadeira fé ou à moral cristã, eram consideradas leituras de má qualidade para as famílias cristãs. Assim, era proibido aos católicos ler diversas categorias de livros.

Essas “más leituras” poderiam contaminar os espíritos incautos, não preparados para interpretar as idéias contidas nessas publicações. Se os homens de doutrinas sãs podiam ser contaminados com as más leituras, o que dizer dos jovens menos experientes, ávidos de saber e sujeitos a todos os erros e enganos de interpretação das idéias modernas, corrosivas dos bons costumes? Para a instituição, era fundamental orientar as leituras, estabelecendo o que poderia ou não ser lido pela comunidade católica, pois esta deveria permanecer longe dos erros trazidos pelas doutrinas modernas.

[...] Não se pode, portanto, negar que a Igreja Católica tem toda razão em proibir livros que expõem a perigo a fé ou a moralidade dos cristãos. A Igreja Católica qual mestra infalível da verdade, expele de seu seio aqueles que negam um de seus dogmas ou ensinam uma doutrina oposta a eles. Por este motivo também proíbe sob pena de excomunhão que se leia ou conserve em seu poder os livros dos hereges ou apóstatas em que os mesmos defendem seus erros. Incorrem, portanto, nesta pena os que lêem livros de protestantes em que os mesmos defendem seus erros e atacam a doutrina católica, como também os que lêem revistas protestantes, embora seja um só número. Os jornais e folhetos protestantes não se podem ler sem que se cometa pecado mortal, porém não são proibidos sob pena de excomunhão. A mesma coisa cabe a respeito de outras seitas separadas da Igreja Católica, como dos positivistas e espiritualistas.¹¹

Eram proibidas a leitura e a guarda de livros ditos obscenos, que tratassem de astrologia ou de outras formas de adivinhações e feitiços. Condenavam-se os livros imorais, aqueles que atacavam ou ridicularizavam o sacramento do matrimônio ou pregavam o amor livre. Os romances também estavam na lista

¹¹ Jonjams, Hábitos condenáveis. O Apóstolo. Ano I, nº 39, Teresina, 16 de fevereiro de 1908, p. 3.

negra da Igreja, especialmente aqueles que, por suas narrações e descrições, procurassem excitar a sensualidade e os apetites depravados. Eram ainda proibidos os livros que pretendessem ensinar a predição do futuro pelas estrelas ou pelas linhas da mão, explicar os sonhos, conseguir outras coisas por meios não considerados próprios pelas doutrinas da Igreja Católica.

Com relação às edições da Sagrada Escritura em língua vulgar, eram proibidas aquelas que não estivessem expressamente aprovadas pelo Papa ou acompanhadas de notas explicativas. Não podiam ser lidas as edições protestantes da Bíblia.

Alguns escritores eram considerados malditos, verdadeiros inimigos da Igreja e da Religião, logo, era terminantemente proibido possuir ou ler suas obras: Voltaire, Zola, Victor Hugo e Ernesto Renan, entre outros.

No livro do Tombo da Diocese do Piauí, foi possível encontrar uma dessas determinações do Bispo diocesano, proibindo aos fiéis a leitura do livro *História das Religiões no Piauí*, do livre-pensador e maçom Higino Cunha. Assim determinava o prelado:

Portaria n. 2, de 24 de julho de 1924 em que o Sr. Bispo Dom Severino de Melo, proíbe a leitura intitulada História das Religiões no Piauí, que contém um conjunto de inverdades históricas, de calúnias e de impiedades contra todas as verdades e práticas da Religião e contra o clero. (Livro do Tombo da Diocese do Piauí: 1952 p. 01-03).

Para a Igreja, era difícil aceitar a posição de Higino Cunha, pois, se, quando da chegada do primeiro bispo ao Piauí, fez o discurso de recepção do prelado diocesano, enaltecendo a criação do Bispado e a religião católica, participou da redação de muitos artigos no jornal católico *O Apóstolo*, logo depois lançava “impiedades” contra a Igreja e seus dogmas. Higino Cunha seria então, na opinião dos clérigos piauienses, um intérprete vigoroso da Maçonaria, da lei de sua seita, extremista na prática de suas idéias. Defensor da Maçonaria que, escondido ou não, sempre estava atacando a Religião e seus dogmas. Era *Lúcifer fazendo-se de Rafael*.

Na realidade, toda publicação realizada pela imprensa maçônica era considerada perniciosa, perigosa para o bom andamento da sociedade cristã. Assim, não se podia confiar na “imprensa ímpia”, cheia de mazelas e crimes, representante da “seita nefasta”, mentirosa e hipócrita. Nas páginas d’*O Apóstolo*, podia-se ler sobre o jornal anticlerical *O Monitor*:

O Monitor, atualmente, não é mais do que uma propriedade da Maçonaria, para combater a Religião Católica, injuriar o clero e espalhar suas doutrinas degradantes. Todos os católicos conhecem quais têm sido as idéias e as campanhas de ontem, sustentadas pelos Srs. Abdias e Miguel Rosa, homens que procuram a todo o transe guerrear a Religião Católica, perturbadores da ordem pública, que, em seus desvarios

*e em suas investidas, não respeitam o que há de mais sagrado para as famílias católicas.*¹²

A redação do periódico católico conclamava as famílias católicas a não assinarem *O Monitor*, órgão da Maçonaria, que tinha como redatores-chefes os principais opositores da Igreja no Estado, os livres-pensadores e maçons Miguel Rosa e Abdias Neves. O periódico católico trazia sempre em suas páginas semanais a chamada: *Não assinem o Monitor, órgão da Maçonaria de Teresina.*

A igreja ultramontana pretendia um controle total sobre o mundo moderno. Procurava esse controle em vários segmentos da sociedade civil; censurando a imprensa considerada ímpia, controlando as publicações e sua leitura pelos fiéis, tudo para controlar o sistema educacional.

A instituição eclesiástica não se manteve alheia ao que era impresso e lido pela comunidade católica. A leitura, vista como um perigo, uma ameaça grave ao modelo tradicional da família católica, justificava-se frente à conjuntura da época. O final do século XIX e início do século XX foi marcado por transformações muito visíveis, novos costumes e novas idéias foram expostas à sociedade. Foi atuante a ação da imprensa maçônica e anticlerical, que fazia duras críticas à Igreja, a seus dogmas e a seus ministros. Como um forte meio de comunicação da época, a imprensa anticatólica tentava se afirmar fazendo oposição à imprensa católica.

Havia interesse por parte do poder público na instrução da população, bem como uma preocupação da Igreja em relação à proliferação de escolas laicas, ligadas à Maçonaria ou ao Estado laico. Preocupava-se a Igreja com a difusão de uma literatura sempre hostil à Religião, seus rituais e preceitos. Nesse sentido era imprescindível um olhar sempre atento e vigilante sobre as “más leituras”, que precisavam ser denunciadas.

Fazendo um levantamento preliminar dos livros que não podiam ser lidos pela comunidade católica teresinense, foi possível detectar que, em especial, dois livros foram condenados pela Igreja, no Piauí, no início do século XX: *História das Religiões no Piauí* e *Um Manicaca*, o primeiro de Higino Cunha e o segundo de Abdias Neves, ambos livres-pensadores e maçons. Nas páginas do jornal católico *O Apóstolo*, podia-se ler:

Prevenimos aos católicos que o romance ‘Um Manicaca’, do Sr. Abdias Neves, é um acervo de imoralidades guisadas com blasfêmias. Repilam as famílias essa pornografia preparada para os alcouces e indigna de entrar no santuário dos lares.

¹² Alerta aos católicos. *O Apóstolo*. Ano III, nº 109, Teresina, 11 de julho de 1909, p. 2.

*Em tempo oportuno publicaremos uma análise dessa obra que veio escandalizar a parte sã da sociedade teresinense.*¹³

Constata-se que as leituras faziam parte do centro das atenções do discurso da Igreja Católica. A maior parte dos livros era considerada má por contradizer os dogmas e os costumes cristãos. Ler era visto sempre como um perigo, que deveria ser fiscalizado, vigiado, olhado atentamente, pois o leitor incauto era incapaz de discernir a boa da má leitura, daí a missão precípua da Igreja de defender os fiéis contra as leituras e a imprensa ímpia. A instituição eclesiástica via o leitor como indivíduo ingênuo e imaturo, sendo, portanto, necessário manter um olhar vigilante sobre as leituras das famílias, da comunidade para protegê-las contra as más influências.

Os fiéis eram aconselhados a não ter contato com os maus livros, que eram escritos por revoltosos, irreligiosos. Abdias Neves, por exemplo, teve sempre a sua imagem física comparada ao diabo. O livre-pensador era sempre descrito como um indivíduo chifrudo, de rabo, com um tridente nas mãos e um nariz enorme e assustador. Abdias Neves estaria sempre acompanhado do diabo sendo, muitas vezes, até mais perigoso que o próprio “bicho chifrudo”.

Era mister, então, vigiar e denunciar os maus livros, como também os maus jornais, formadores da imprensa ímpia. No Piauí, alguns periódicos preocupavam o clero: *O Piauí*, *O Comércio*, *O Monitor*, todos divulgadores de idéias consideradas perigosas ao bom andamento da sociedade piauiense. A redação do *O Apóstolo* alertava:

*Prevenimos ao povo católico em geral e aos nossos amigos do centro do Estado, que não se deixem levar pelas ciladas do Sr. Antonino Freire, que tem a particularidade de saber trabalhar às ocultas. 'O Monitor' é órgão oficial da Maçonaria, semi-oficial do governo e inimigo de Deus e da religião que professamos. Cuidado, povo católico! Cuidado com a cilada do Sr. Dr. Antonino Freire. Quando é que S. Exa. fala a verdade: quando escreve aos católicos, fazendo aquelas asserções, ou quando o ímpio jornal 'O Monitor' insulta, em suas páginas, o Catolicismo, e aos seus ministros?*¹⁴

Visando sempre a desqualificação dos impressos anticlericais, o clero católico argumentava que a imprensa, que deveria ser uma fonte inesgotável de virtudes e sabedoria, teria se transformado em instrumento de negras paixões, em veículo de propaganda de corrupção e erros. Os jornais anticatólicos seriam os “estupradores da imprensa”, veiculando uma propaganda mentirosa, envenenada e funesta contra

¹³ Aos pais de família. *O Apóstolo*. Ano III, nº 126, Teresina, 7 de novembro de 1909, p. 4.

¹⁴ Ao povo católico. *O Apóstolo*. Ano III, nº 125, Teresina, 31 de outubro de 1909, p. 6.

a Igreja, contra o clero. A imprensa anticatólica era considerada inimiga da ordem e da justiça, da moral e da religião, desta forma, era fundamental que a opinião pública reprovasse tal imprensa, impedindo a entrada de tais periódicos em seus lares. Os católicos deveriam estar atentos a esses impressos imorais e irreligiosos, deformadores dos costumes tradicionais salutarés das famílias, da ordem estabelecida.

Em Teresina, no início do século XX, ocorreu a proliferação de impressos de tendência maçônica e anticlerical, fato que despertou a atenção da imprensa católica na definição do que deveria ou não ser lido pelas famílias católicas. Assume a Igreja a “missão pedagógica” de instruir os leitores sobre o que seriam as leituras corruptoras da juventude, pois esses impressos não deveriam ser lidos por um público sem preparado, ingênuo, fácil de se deixar levar pelas idéias ali contidas. As críticas eram no sentido de desqualificar toda e qualquer publicação que desviasse a sociedade cristã de seu modelo antigo.

Os romances constituíam um tipo de leitura considerada perniciosa por despertar desejos, paixões profanas, nocivos à moral e aos bons costumes, por isso era fundamental denunciá-los, bani-los da sociedade. Todos os impressos de tendência anticlerical eram considerados hostis à educação religiosa, daí a necessidade de divulgar a imagem negativa desses maus livros, dessa imprensa. Era missão da imprensa católica advertir aos fiéis contra as más leituras, defendendo a Igreja e o clero.

Quanto aos fiéis, vivem na tibieza culposa e na fraqueza diante das tentações de um mundo que não cessa de sollicitá-los. Ainda mais seriamente do que no passado, já que agora têm um alcance universal, o livro e a imprensa constituem os vetores principais de uma crise de valores e costumes que deixa entrever um mundo no qual a cultura poderia, de modo definitivo, deixar de se organizar em torno da crença religiosa e da ordem católica. (Chartier Herbrad: 1995 p. 35).

O texto impresso era alvo do olhar atento e vigilante da Igreja por ser um forte mecanismo de difusão das posições anticlericais, tão hostis à instituição eclesiástica. Era perigoso por caluniar a Igreja, seus dogmas, sua moral e sua história. Para a Igreja, aquelas publicações eram as grandes responsáveis pela mudança de comportamento dos fiéis, que passaram a procurar com pouca freqüência os sacramentos.

Filha, mãe e esposa: a educação das mulheres

Como já afirmamos anteriormente, tanto o modelo católico como o modelo laico de educação para as mulheres propunham que essas fossem, fundamentalmente, filhas, esposas e mães. A mulher não deveria se deixar levar pelas idéias modernas ou pelo feminismo exacerbado. Sua função deveria estar limitada

aos afazeres domésticos, ou seja, educar os filhos e zelar pelo bem-estar da família, tarefas que, bem cumpridas, a qualificavam como exemplo de moral e virtude. O ponto divergente entre o pensamento religioso e o laico referia-se à influência da religião na formação feminina. Higino Cunha, maçom, livre-pensador, anti-clerical, assim expressava seu ponto de vista com relação à instrução feminina:

A mulher deve ser companheira do homem também nos gozos inefáveis do talento e do querer, instruindo-se não no sagrado coração e no confessional, mas diante dos laboratórios de física e química, saturando-se do puro oxigênio do ar em que se expandem as ciências positivas, que constituem a flora exuberante deste século memorável. Ela é bem capaz de identificar-se com o espírito livre dos tempos presentes, sem prejuízo dos encargos domésticos, que devem ser a sua principal preocupação. É uma questão de método e divisão do trabalho. Tudo o que afastá-la em absoluto desses encargos, obcecando-lhe a mente, é um elemento nocivo para a família e para a sociedade. (Cunha: 1924b, p. 49).

Percebe-se que não havia uma incompatibilidade total entre o projeto católico e o projeto laico para a educação feminina. O catolicismo conservador, monarquista, antiliberal, antifeminista não se contrapunha de forma absoluta aos segmentos modernizantes, liberais e republicanos da sociedade moderna (Manoel: 1996 p. 32). Para a nova ordem social, mergulhada na modernidade, na urbanização, era importante que a mulher dominasse a leitura, a escrita, a maneira de conversar; que soubesse conhecer o mundo além das fronteiras do lar. Porém, o espaço reservado ao sexo feminino, na vida pública, limitava-se à sua postura de uma mulher educada e educadora de futuras gerações, não sendo permitido pretensões no que se referisse à vida política. Ao contrário, a mulher deveria estar longe das paixões partidárias, nunca confundir sua presença em eventos sociais, com participação de maior envergadura no cenário sociopolítico. Era interessante uma educação voltada para o polimento sociocultural das mulheres, mas não se pretendia uma educação feminina voltada à profissionalização. Quando muito, as mulheres receberiam instrução para se tornarem professoras primárias. Na realidade, os intelectuais liberais não viam com bons olhos futuras reivindicações das mulheres pela conquista de direitos civis, manifestando repulsa quanto à emancipação feminina. Era interessante para católicos e livres-pensadores mulheres educadas para as prendas domésticas, damas culturalmente polidas e boas donas de casa, jamais mulheres que viessem a fazer reivindicações políticas, pretendendo maior espaço na vida pública.

O catolicismo conservador partia do suposto de que as leis divinas e naturais teriam estabelecido as tarefas domésticas como domínio próprio das mulheres e as atividades sociais e cívicas como domínio masculino, com a preponderância das últimas sobre

as primeiras. Assim, toda proposta de profissionalização feminina ou concessão de direitos cívicos às mulheres era entendida como atentado às leis criadas por Deus, um retrocesso à barbárie, o desmoronamento da sociedade civil. (Idib., p. 32).

Nota-se que o modelo de educação católica estava em consonância com a orientação política ultramontana da Santa Sé, que reagia às idéias modernas: ao capitalismo, ao iluminismo, ao liberalismo; enfim, a toda as idéias que colocassem em julgamento a moral e os dogmas cristãos. A Igreja via nessas idéias um perigo para a sociedade, pois liberdade de pensamento e de consciência, liberdade social e política eram sinônimos de revolução, que, por sua vez, trazia o sinal do caos social, da subversão, da destruição da ordem estabelecida.

Referências bibliográficas

- Carvalho, G. de. 1986. A luta político-religiosa entre igreja e maçonaria no Piauí: 1902-1914. *Carta Cepró*. Teresina, jul-dez.
- Castelo Branco, P. V. 1996. Mulheres plurais. *A condição feminina em Teresina na Primeira República*: FCMC.
- Castelo Branco, C.. 1924. Discurso. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina.
- Chartier, A-M. & Herbrad, J. 1995. *Discursos sobre a leitura: 1880/1980*. São Paulo: Ática.
- Cunha, H. 1924a. *História das religiões no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense.
- _____. 1924b. *A Educação feminina e o regime conjugal*. Revista da Academia Piauiense de Letras. Teresina. Ano VII. Maio.
- Ferrer Brnimeli, J. A. 1977. Masonería, iglesia y ilustración. *Madrid: Fundación Universitaria Española*.
- Gaeta, M, A J. V. 1992. *A Deus, a igreja e a pátria: os estandartes da família católica no século XIX*. História. São Paulo: Ed. UNESP, Vol. 11. p. 243/258.
- Giorgio, M. de. 1995. O modelo católico. In: *DUBY, Georges e PERROT, Michelle (Dir.) História das mulheres. O século XIX. Vol. 4*. São Paulo: Edições Afrontamento/EBRADIL/Porto.
- Manoel, I. A. 1996. Igreja e educação feminina (1859/1919): *uma face do conservadorismo*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista.
- Martins, E. 1910. *Guerra Sectária*. Teresina: Tipografia do Apóstolo.
- Mayeur, F. 1995. *A educação das raparigas. O modelo laico*. In: *DUBY, GEORGES e PERROT, M. (Dir.) História das mulheres. O século XIX. Vol. 4*. São Paulo: Edições Afrontamento/EBRADIL/Porto.

- Pinheiro, Á P. 2001. *As ciladas do inimigo. As tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX*. Teresina/Piauí FCMC.
- Queiroz, T. 1988. *Notas sobre a educação no Piauí*. São Paulo. [Trabalho não publicado].
- Remond, R. 1985. *L'anticlericalisme en France. De 1815 à nos jours*. Paris: Editions Complexe.